

**UMA PEQUENA POTÊNCIA É
UMA POTÊNCIA?
O PAPEL E A RESILIÊNCIA DAS PEQUENAS
E MÉDIAS POTÊNCIAS NA GRANDE GUERRA
DE 1914-1918**

**Uma Pequena Potência é uma Potência?
O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências
na Grande Guerra de 1914-1918**

Coordenação:

Ana Paula Pires
António Costa Pinto
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis
Maria Fernanda Rollo

Lisboa
Agosto de 2015

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43 Fax.: 218 492 061 E-mail: geral@europress.pt www.europress.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 150 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2015

Índice

Introdução <i>Bruno Cardoso Reis</i>	5
Portugal e a Sociedade das Nações: o Papel do Multilateralismo na Política Externa Portuguesa <i>Maria Francisca Saraiva</i>	9
A Grande Guerra na Genealogia da Estratégia <i>António Paulo Duarte</i>	25
A Campanha Portuguesa em Moçambique: A Primeira Expedição <i>Aniceto Afonso</i>	37
«Caiu a Morte nesta Pagodeira»: a I Guerra Mundial segundo o Fado <i>Cátia Tuna</i>	49
O Brasil na Grande Guerra: uma Contribuição para o Esforço Aliado <i>Miguel Dhenin</i> <i>Valterian Mendonça</i>	73
O Debate Militar Brasileiro sobre a Doutrina Militar no Contexto da Primeira Guerra Mundial e as suas Repercussões <i>Sérgio Ricardo Reis Matos</i> <i>Julio Cezar Fidalgo Zary</i> <i>César Campiani Maximiano</i>	91
A Cooperação Naval Brasileira com a Marinha Britânica em 1918: o Caso da Divisão Naval em Operações de Guerra <i>Francisco Eduardo Alves de Almeida</i>	107
China and the Great War: Resilience of a «Minor»Asian Power <i>Raquel Vaz-Pinto</i>	119
The “Small” Power of Small Gardeners during the Great War <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	127

O Debate Militar Brasileiro sobre a Doutrina Militar no Contexto da Primeira Guerra Mundial e as suas Repercussões

Sérgio Ricardo Reis Matos

Major do Exército Brasileiro. Mestre em Relações Internacionais e Integração. Mestre em Operações Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Julio Cezar Fidalgo Zary

Major do Exército Brasileiro. Mestre em Operações Militares. Mestre em Motricidade Humana. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

César Campiani Maximiano

Doutor em História Social. Investigador do Centro Overload.

Introdução

A Primeira Grande Guerra foi uma conflagração iniciada entre a Tripla Entente (França, Inglaterra e Rússia) e as potências centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro), alcançando proporções mundiais entre os anos de 1914 e 1918. Assim, envolveu nações de outros continentes, como o Brasil, Cuba, Estados Unidos da América e Japão.

O governo brasileiro declarou neutralidade no início da Primeira Guerra Mundial, mantendo tal condição por cerca de três anos (Vinhosa, 1990), a despeito da forte propaganda realizada por ambos os lados.

A neutralidade brasileira encerrou quando o País rompeu relações com a Alemanha, em 1917, após navios mercantes terem sido afundados por submarinos, afetando ainda mais a combalida economia brasileira, fortemente dependente da exportação do café (Albert, 1988).

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi fator potencializador para a entrada do Brasil, mas, apesar da Doutrina Monroe, não fora determinante. Outros fatores foram influentes, especialmente o comércio exterior decadente e a inexistência de uma estratégia nacional.

Para a oficialidade do Exército Brasileiro (EB), também havia divergências sobre de que lado o Brasil deveria entrar na guerra, ou qual era a melhor doutrina militar terrestre. Segundo McCann (2009: 214), “os oficiais brasileiros observaram os dois exércitos-modelos, o alemão e o francês, testarem homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas um contra o outro”.

De forma a averiguar as influências dos modelos das Grandes Potências na modernização do EB, assim como o debate militar brasileiro sobre a participação na I Guerra e suas repercussões, este estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo nos acervos dos periódicos “A Defesa Nacional” e “Revista do Exército Brasileiro” da década de 1910. Para tanto, os originais de *A Defesa Nacional* foram localizados no Arquivo Histórico do Exército, enquanto os da *Revista do Exército Brasileiro* foram encontrados no acervo da Biblioteca Franklin Dória.

A análise de conteúdo foi qualitativa, baseada em Bardin (1977), a partir dos seguintes passos: descrição dos textos, interpretação dos factos e inferência.

A descrição dos textos teve como passo inicial a leitura das revistas. Os principais elementos-descritores (temas) que basearam essa leitura foram: Alemanha, Coronel Malan, França, General Faria, influência, jovens turcos, Marechal Hermes, missão Ache, missão francesa, missão médica, missão militar, regulamento alemão, regulamento francês, tradução.

Para interpretação e inferência dos dados desses textos, foram empregues técnicas de triangulação, conforme Adorno *et al.* (Souza e Zioni, 2003), pois se buscou abstrair, de forma reflexiva, o conhecimento entre as perspectivas das publicações estudadas, o que resultou na síntese do trabalho.

O Contexto do Debate: Achegas Historiográficas

O sistema de equilíbrio de poder dominou a Europa nos séculos XVIII e XIX. Esse sistema não propunha evitar crises, tampouco guerras (Kissinger, 2000). Com a ascensão da Alemanha, a nova potência industrial no fim do século XIX, o sistema europeu de equilíbrio de poder vivenciou esses princípios de forma implacável.

Nesse contexto, Chéradame (1917) identifica como Plano Pangermânico o estabelecimento de uma vasta confederação na Europa Central, tornando-se um imenso *Zollverein*, com a submissão política e militar de diversos países.

Chéradame e Pires (2011) também apontavam que o Brasil era cobiçado pela Alemanha. Uma parte considerável dos alemães na América do Sul estaria concentrada no sul brasileiro, onde o Império Alemão cobiçava o pessoal das escolas alemãs, tornando-se o “perigo alemão”.

A despeito dos germanófilos creditarem o rompimento da guerra de 1914 ao Czar Nicolau (Santos, 1931), os aliadófilos disseminavam a ideia que a causa principal fora o empenho do Kaiser Guilherme II em levar a cabo o Plano Pangermânico, visto como solução para seus problemas econômicos consequentes da hipertrofia industrial (Chéradame, 1917).

Concomitantemente, o Brasil inaugurava novos paradigmas em sua diplomacia. Joaquim Nabuco postulava a elaboração de um sistema distinto do equilíbrio de poder europeu, favorecendo uma espécie de equilíbrio bipolar entre a Doutrina Monroe e a colonização europeia, servindo de proteção às nações desarmadas, como o Brasil (Ricupero, 2006: 119).

Para Rio Branco, “a ausência de recursos de poder, em escala adequada, indica o acerto da busca da resolução pacífica dos conflitos” (Alsina Jr, 2009: 182). Logo, vendo

que o poder militar seria a outra face da projeção externa realizada pela via diplomática, o chanceler Rio Branco buscou reequipar a frota naval e modernizar o EB.

A aproximação da Alemanha com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente em 1904, durante a visita do couraçado Floriano à cidade alemã de Kiel (Santos, 1931). No mesmo sentido, a influência alemã no EB era crescente, haja vista que jovens oficiais eram enviados do Brasil para servirem no exército alemão. Um total de 32 militares estagiaram naquele Exército, entre os anos de 1906 e 1910. (Carvalho, 1977; McCann, 2009).

Carvalho (1977) aborda ainda que um dos resultados do envio desses oficiais à Alemanha, conhecidos posteriormente como jovens turcos¹, foi a fundação, por aqueles, da revista “*A Defesa Nacional*”.

A referida aproximação se tornou ainda mais evidente em 1909, quando o Marechal Hermes da Fonseca visitou o Império Alemão (Santos, 1931), prometendo ao Imperador a assinatura de contratos para uma missão alemã no Brasil e a compra de material bélico (McCann, 2009).

Na iminência da eclosão da guerra, ocorreu a visita de uma divisão naval alemã, o que causou estranheza até mesmo na Europa, pois era apenas uma “cortesia” ao Brasil (Santos, 1931), sendo uma clara manifestação do interesse alemão em se aproximar do Brasil.

Ao mesmo tempo, o Senador Salgado dos Santos expunha diversas ideias, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a missão estrangeira no Brasil (Santos, 1931). Não obstante, conforme McCann (2009), o Chefe do Estado Maior se opusera a qualquer missão estrangeira no Brasil.

Além da influência no estamento militar, Abranches (1917) não deixou dúvidas a respeito do seu pensamento sobre o conflito, concluindo que aquela guerra era comercial, e que visava, acima de tudo, à destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha. Naquele momento, o Brasil procurava uma saída para crise econômica através de empréstimos (Albert, 1988), e a Alemanha queria ser uma alternativa econômica ao Brasil, ao passo que tentava estabelecer um aliado militar no Atlântico-Sul.

A aproximação alemã para com o Brasil deu uma guinada em janeiro de 1917, quando a Alemanha preveniu os navios brasileiros de entrarem nas zonas interditadas (Ministério das Relações Exteriores, 1917). Tal facto não agradou ao Governo brasileiro, o qual pendeu o pensamento político decisivamente em favor dos aliados, especialmente pela dificuldade de se escoar a produção cafeeira para a Europa.

Logo, o governo francês acirrou ainda mais a aproximação militar com o Brasil. Esta foi alavancada em 1905, com a contratação da Missão Militar para a Força Pública paulista. O intuito era que os resultados positivos em São Paulo fossem o ponto de irradiação para França influenciar todo o Exército Brasileiro (Domingos, 2001; McCann, 2009).

Como os alemães, os franceses buscaram o apoio do Marechal Hermes. Em 1910, Hermes foi à França, visitando unidades, escolas e fábricas. Em contrapartida, o Mare-

1 Esse apelido foi inspirado nos oficiais turcos que tomaram o poder e remodelaram o Império Otomano (McCann, 2009).

chal declarou que sua formação era francesa, onde havia buscado inspiração para reorganizar o EB. Para não prejudicar suas relações com a França e com a Alemanha, Hermes optou: “o Brasil não receberia nenhuma missão estrangeira, seus oficiais eram bons o bastante para treinar suas forças” (McCann, 2009: 147).

Assim que a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha, tratou de cortar os cabos submarinos de comunicação alemães com o resto do mundo, particularmente os que ligavam a Alemanha à América (Abranches, 1917). Tal facto facilitou o trabalho da propaganda pró-aliada no Brasil, provocando decisiva mudança da opinião pública em favor dos aliados.

A imprensa britânica especulava sobre o envio de tropas do Brasil para a Europa, chegando a cogitar que até 500.000 poderiam ser empregadas na Mesopotâmia (Vinhosa, 1990), porém, dados mais práticos admitiam um efetivo de até 150.000 homens (Calógeras, 1936).

Todavia, a realidade militar brasileira era outra. Além disso, a troca de governo pelo qual o Brasil passava era um fator que influenciava o não envio de tropas, pois tudo no País estava esperando definições políticas. Havia, também, forte preconceito popular ao envio de soldados à Europa (Mendonça, 2008).

O Exército e a Marinha, em termos de capacidades para o combate, eram deficientes: arsenais de guerra desaparelhados, pessoal inoperante, quartéis antiquados, falta de equipamento individual geral e ausência de instrução prática (Calógeras, 1936). Dessa forma, mesmo que a situação política fosse favorável, a dimensão militar não estava pronta. A principal contribuição do Brasil, portanto, foi como provedor de gêneros alimentícios (McCann, 2009).

Ainda assim, o Brasil participou da Guerra junto dos aliados, em missão chefiada pelo General Aché², mas a “debilidade militar” brasileira fez com que a entrada no Brasil na Guerra fosse vista com indiferença (McCann, 2009).

A missão contou com uma Divisão Naval de Operações em Guerra; um grupo de aviadores; uma missão militar médica, assim como observadores militares, que chegaram a combater pela França (Garcia, 2005; Mendonça, 2008).

A participação do Brasil na Guerra influenciou na escolha pela Missão Militar Francesa, que acabou funcionando a partir de 1919. Entretanto, “A derrota da Alemanha para os Aliados traria uma trégua à discussão, mas não refrearia a admiração pelo modelo germânico” (McCann, 2009: 245).

Outrossim, Luna (2007) ainda postula que as pressões econômicas e políticas de franceses e ingleses, que possuíam largos laços com os paulistas, influenciaram na escolha. Alguns militares, entretanto, foram influentes na escolha da missão, como o General Aguiar, Ministro da Guerra, que possuía ligações com os paulistas, assim como o adido militar brasileiro na França, Coronel Malan.

2 Razão pela qual foi conhecida como Missão Aché.

A Defesa Nacional

A revista “*A Defesa Nacional*” iniciou em outubro de 1913. Seu corpo de editores era composto, inicialmente, pelos tenentes: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis. Todos eles fizeram parte das missões na Alemanha, ou seja, jovens turcos, o que influenciou a seleção dos artigos naquele período.

De forma clara, o escopo da revista apareceu logo em seus primeiros editoriais: “colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram” (Klinger *et al.*, 1914a).

Apesar de ser uma revista que apresentava a superioridade militar alemã, também continha artigos sobre outros exércitos. Além de assuntos militares, a revista também abordava problemas inerentes à situação do Exército, para servir como fonte de consulta e canal de debate entre a oficialidade.

Problemas extrínsecos ao Exército, mas que o afetavam igualmente, também começaram a ser discutidos na revista. O exemplar número 5 apresentou um arrazoado sobre a Lei do Serviço Militar de 1908 e o enfraquecimento do Exército (Klinger *et al.*, 1914b).

Naquele mesmo período, o editorial da edição número 8 falou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o EB. O texto credita essa possibilidade aos homens de negócio, para quem era profundamente indiferente a sorte do Exército e a evolução da doutrina militar.

Para seu corpo editorial, a transformação pela qual passava o exército francês era, na verdade, um tipo de “germanização”. Dessa forma, perguntavam: por que ainda se hesitava entre a fonte original dos maiores progressos militares (alemã) e a sua cópia tímida e imprecisa (francesa)? Ademais, os editores enfatizaram como aspecto negativo o facto de que o Exército francês não possuía Estado-Maior.

O editorial da revista número 12, de setembro de 1914, comentou sobre a eclosão da guerra que assolava toda a Europa, sem citar em que lado o Brasil deveria se posicionar. Porém, os autores sugeriram que se ultimasse o preparo do EB para uma guerra fortuita, pela adoção do serviço militar obrigatório.

A eclosão da guerra não entrou no escopo da revista, instantaneamente. Naquele momento, a revista estava mais concentrada no combate do Contestado. Praticamente um ano após a eclosão da guerra, Klinger *et al.* (1915a, 1915b), comentaram sobre a invasão da Alemanha à Bélgica, até então um país neutro, sem nenhuma nota desabonadora ao país invasor.

Novamente, sobre a Nação brasileira, em relação ao conflito, a edição 18, de 10 de março de 1915, trouxe a informação de que o pacifismo é uma qualidade militar, relembrando a de 1891, que abordava que o Brasil nunca se empenharia em guerra de conquista.

No número seguinte, Klinger *et al.* debateram sobre a conferência realizada pelo *Jornal do Commercio*, em 11 de agosto de 1915. Entre outras ideias, disseram que se as nações aliadas oferecessem ao Brasil lições dignas de interesse, era mister salientar que tais lições se revestiam sempre de improvisações. Ainda que ocorresse diversas vitórias

aliadas na guerra, mantinham a ideia da superioridade do exército alemão, e as derrotas porventura ocorridas seriam exclusivamente devidas à superioridade material/industrial aliada. Dessa inferência, pode-se perceber que, mesmo que a Alemanha perdesse a guerra, o EB deveria mantê-lo como padrão a ser perseguido em sua futura modernização.

Claramente se nota que a germanofilia passou a transcender os assuntos militares na revista, o que tornava seus membros não apenas defensores da adoção da doutrina militar alemã no EB, mas também defensores de quaisquer assuntos relativos à Alemanha no Brasil.

Corroborando com a assertiva acima, seguem as palavras finais do editorial: “(...) desafiar a inimizade da Alemanha vitoriosa, ou temporariamente vencida, *seria uma insania*, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extincta, além de ser estúpido, *seria uma coradia*” (Klinger *et al.*, 1915b: n. p., itálicos nossos)³.

Rodrigues (1916) publicou “Para quem apellar?”, mostrando claramente o apoio à Alemanha na guerra. O artigo o fazia indiretamente, ao atacar aqueles que defendiam os franceses, dando o exemplo daquele país antes da guerra, onde o exército era insultado e aviltado e que, depois da eclosão do conflito, esperava-se dele que fosse um modelo de disciplina e de bravura. Naquele momento, a revista passou a se dirigir contra aqueles que defendiam a causa aliada, especialmente a francesa.

A partir da edição número 37, a revista apontava, indiretamente, querer adotar o modelo alemão para a modernização da mesma, em plena guerra. Em abril de 1917, Da Costa *et al.* (1917) escreveram que, por mais que o Brasil quisesse manter-se alheio à conflagração europeia, a evolução dos acontecimentos colidiu com os interesses morais e materiais de tal forma que o Brasil se via na contingência de entrar na guerra.

Dois números após, Da Costa *et al.* procuraram mudar um pouco o foco do editorial da revista, dizendo que o Brasil não iria entrar na guerra ao lado das potências sem deixar de preparar o seu Exército nacional.

A edição número 48, de setembro de 1917, foi a última revista pesquisada antes do Brasil declarar guerra ao Império Alemão, em 26 de outubro de 1918. Não foram encontrados outros números no Arquivo Histórico do Exército no recorte temporal desta investigação. Do número 48 vai para o número 62. A edição 62 é datada de 10 de novembro de 1918, não trazendo nenhuma informação acerca da participação do Brasil ou da guerra em si.

O Decreto de 28 maio de 1919 assinalou a contratação da missão militar francesa, a qual foi ignorada pela revista até os números 71 e 72, de agosto e setembro de 1919, respectivamente. Ainda assim, Klinger *et al.* (1919) afirmavam que era mister que o exército tirasse o máximo de proveito da missão militar estrangeira que vinha para o País, não se referindo, em nenhum momento, sua origem. Desde o final da guerra, notou-se que diminuiu, no corpo da revista, a incidência de artigos que faziam alusões exacerbadas ao Exército alemão.

3 Todas as citações diretas de textos da década de 1910 foram idênticos aos publicados, respeitando as peculiaridades do Português daquele momento no Brasil.

Revista do Exército Brasileiro

A Revista do Exército Brasileiro (REB) teve seu primeiro número publicado em 1882. Entre 1911 e 1923, o título da REB era Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército. O Boletim Mensal era organizado nas Notas Editoriais, que representavam o pensamento do Estado-Maior do Exército; nas contribuições de autores; e em uma Seção “Noticiário”, que compilava permutas (inter)nacionais.

O escopo era “consolidar a mentalidade do Exército em torno de um nucleo, não de princípios obsoletos e anachronicos, mas de idéias modernas incisivas e rutilantes como espadas” (BMEME, 1911: 3-4). Era a versão oficial do Exército.

O primeiro volume abarcou que o Exército poderia adaptar, de forma conveniente, o que estava em vigor nos países militares mais adiantados. As notas editoriais do número 3 apresenta o novo quinquenial militar alemão. Nas diversas sessões, destacam-se alguns fragmentos como: “a paz do mundo repousa nas bayonetas alemães” (BMEME, 1911: 24). Nota-se a propaganda prioritariamente alemã no Boletim.

O segundo volume trouxe à baila temas como “A reforma do ensino militar” e “A evolução da táctica na Alemanha”. Concluiu que o “ensino militar na Alemanha tem servido de modelo para a reorganização dos institutos congêneres em quasi todos os paizes” (BMEME, 1911: 110), enquanto o modelo francês recebeu diversas críticas.

A edição ainda noticia a contratação de uma missão militar alemã pelo governo boliviano, citando que o “trabalho da comissão alemã é justamente reconhecido e apreciado por todos que se interessam pelas causas militares do seu paiz” (BMEME, 1911: 364). Não obstante, o número 3 destacou exemplos do desenvolvimento francês incitando que o Brasil os deveria imitar. Ademais, o artigo “Ensinamentos práticos sobre os serviços em campanha” é uma adaptação do Regulamento de Campanha francês. Nota-se a presença abrangente das duas correntes doutrinárias.

O volume de abril de 1912 faz citações ao modelo e aos discursos alemães. Publicou, ainda, o relatório das manobras alemães de 1911; discurso sobre o centenário da Academia de Guerra de Berlim; a tradução do modelo alemão para a realização de exames de ingresso à Academia de Guerra de Berlim. No número 6, Coutinho (1912) publicou o artigo “Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria”, que apresenta a discussão sobre a adoção de manuais traduzidos do alemão desde 1892.

Em quatro números seguidos do Boletim, Coutinho apresentou benesses do regulamento e dos critérios alemães, que deveriam ser seguidas pelo Exército nacional, enquanto considerava o regulamento francês impreciso e incompleto.

Sem embargo, o número 3 publicou trechos do livro francês “Alimentação e reabastecimento dos exércitos em campanha”. É recorrente a preferência pela doutrina francesa quando o assunto é logística. Ademais, Padilha (1912), apresentando o modo de combater das infantarias inglesa e francesa, concluiu que o regulamento francês estaria mais adequado aos ensinamentos colhidos das ultimas guerras.

O volume 4 contém o debate entre as doutrinas alemã e francesa acerca da missão da Artilharia. Na Artilharia, a instrução francesa enfatiza o coletivo, enquanto a alemã prioriza o individual. Após argumentar várias evidências, asseverou-se preferência pró-Alemanha.

O volume 5 abarcou recorte do artigo “Notas sobre a Infantaria alemã”, uma contribuição de Leitão de Carvalho, jovem turco. A totalidade desse artigo ocupa oito números da revista, demonstrando o quanto interessava o tema alemão. Todavia, o volume também compreendeu recorte do texto “Impressões de manobras de Exercito: a propósito das do exercito francez em 1912”, de Montarroyos. Presente em seis números, indica que o pensamento pró-Alemanha no Estado-Maior não era único.

Em abril de 1913, o artigo “A agua potavel e um exercito em campanha”, do Major Médico Albuquerque, apresentou citações com origem francesa, evidenciando tendência desse modelo pelo Serviço de Saúde. O sexto volume compreendeu o texto “Thema de Tiro de Artilharia”, recorte de manual alemão, demonstrando, novamente, tendência germanófila. Ademais, noticia a criação de unidades na Alemanha, assim como anunciaava a nova organização para infantaria francesa em caso de guerra.

Se a infantaria alemã era considerada modelo, o Serviço de Saúde francês estava no estado da arte para a realidade brasileira. O debate sobre a vinda de uma missão estrangeira naquele período pré-guerra também alcançava essas peculiaridades: a infantaria alemã ou a saúde (logística) francesa?

No ano de 1914, o volume sete publicou partes traduzidas do livro alemão “As principaes escolas de equitação européas”. O Noticiário daquele número ainda divulgou aspectos da organização e efetivos da infantaria francesa, as estatísticas da condenação de espiões na Alemanha, o aumento dos efetivos do Exército alemão, a implementação da frota aérea e da Aeronáutica militar na Alemanha, o planejamento das “grandes manobras de 1914” pela Alemanha, aspectos do serviço sanitário alemão, números do orçamento militar prussiano, a instrução do Exército de Campanha alemão, a formação das companhias alemãs de ciclistas, a organização da infantaria alemã, a criação de baterias alemães de Artilharia, a sucessão no Ministro da Guerra alemão, novidades que se justificariam meses mais tarde.

Comparativamente, publicavam-se muito mais notícias alemãs que francesas, o que pode ser justificado pela maior quantidade de germanófilos no Estado-Maior do Exército, bem como pelo destacado crescimento da Alemanha como potência militar terrestre mundial.

O volume 7 englobou textos pró-franceses e pró-alemães. O Relatório da criação da arma de Engenharia teve a organização da Alemanha como norma e exemplo. Outro artigo, denominado “O Alto Commando”, assinado pelo Adido brasileiro na França, tratou da estruturação do Exército francês.

O oitavo volume continha a contribuição “Preparação para a Academia de Guerra de Berlim”, de Klinger. Ao publicar a forma de ingresso à Academia Alemã, Klinger estava capacitando adeptos à sua aspiração pró-germânica no debate.

As notas editoriais de setembro de 1914 tratam da Guerra na Europa. O editorial iniciou com considerações diplomáticas e apresentou as tropas em presença. Não há evidências sobre o posicionamento do Estado-Maior. A seção Noticiário divulgou o Decreto nº 11.038, determinando que fosse observada completa neutralidade.

No contexto que engloba o Atlântico-Sul, o Decreto nº 11.141 também foi publicado na seção, determinando que nenhum navio mercante poderia partir do Brasil sem que o agente consular do país contratante indicasse os portos de escala e de destino, bem como assegurasse que o navio viajava apenas para fins comerciais. Também prescrevia que qualquer navio mercante que saísse do Brasil e, sendo verificado, pelo tempo ou pela rota, que não se seguiu para os portos pré-estabelecidos, seria retido pelas autoridades brasileiras por ser considerado como fazendo parte da frota em guerra. A norma não impediu que navios mercantes brasileiros fossem atacados justamente pelos alemães, cuja doutrina era tão defendida por militares que escreviam no Boletim.

No mês de novembro, publicou-se o artigo “A cavalaria de exercito e a infantaria associada”, tradução alemã, enquanto o Noticiário publicou experimentações doutrinárias germânicas. O Boletim manteve a divulgação de notícias majoritariamente pró-Alemanha, mesmo sob a declaração de neutralidade.

O volume 9 também publicou notícias sobre os horários da rotina da Alemanha na Guerra, o emprego de morteiros, telegrafia e metralhadoras por parte da Alemanha, ao passo que, com relação à França, aborda-se como estava sendo feita a instrução militar de civis em parcas linhas e a retirada da Missão francesa no Peru.

O volume abordou o “Plano de Guerra do Império Alemão”, permitindo que os leitores do Boletim apenas conhecessem os interesses alemães:

“Em um futuro próximo, devemos prever complicações internacionaes, capazes de nos obrigar a recorrer ao único argumento decisivo – exgotados os recursos da diplomacia – a guerra.

A origem do conflito entre as nações, estará no Oriente, onde a Russia possue interesses primordiaes. É então possível que esta potencia seja a primeira a armar-se.

Apenas esses aprestos possam parecer inquietantes, será então ocasião de declarar guerra á França” (Fonseca, 1915: 77).

No artigo “Artilharia Pesada de Campanha e de Sítio”, Duval (1915), oficial que fez curso na casa Krupp meses antes da conflagração, comparou a Artilharia alemã e francesa. Expôs a propriedade do modelo alemão, o qual deveria passar por algumas adaptações.

No Noticiário de agosto, destaca-se artigo de cinco páginas versando sobre a evacuação de feridos na linha de batalha francesa e serviços correlativos. Tal publicação indica, tal como antes do início da guerra, a tendência de o Boletim priorizar divulgar a logística de saúde “à francesa”. Já o Noticiário de setembro abrangeu mais eventos sobre a França do que a Alemanha.

O de novembro trata de diretrizes do próprio Boletim sobre como elaborar a Cronologia da Guerra. Entre as diretrizes, destacou-se o seguinte:

“É certo que esses informes e comunicados se resentem de uma tal ou qual parcialidade, quaequer que sejam as suas procedências, pois a verdade integral só será realmente conhecida quando desapparecer o estado actual de coisas, dando lugar a clama e quietude das paixões” (BMEME, 1915: 380).

Àquela época, seria difícil uma quietude de paixões daqueles que foram capacitados, no estado da arte, pelo Exército alemão.

Em dezembro, o Boletim publicou o artigo de Castro e Silva “Uniforme Militar”, em que destaca as mudanças dos uniformes alemães em outubro daquele ano, ressaltando adequabilidades ao Exército nacional.

O primeiro Boletim de 1916 traz, em seu Editorial (BMEME: 1916: 5-6, itálicos nossos), premissas sobre o que a guerra ensinava ao Brasil:

“Dessa tremenda crise européia resultará todavia um *salutar exemplo e advertencia para as nações militarmente fracas*, mas não obstante *ciosas de sua autonomia e independéncia*; principalmente na época que atravessamos em que *a noção do direito parece periclitar* na observância tradicional das praxes da guerra.

O Brazil, cujas tendencias pacíficas são por demais conhecidas, conserva e alimenta com especial carinho as relações de amizade que mantem com todas as nações, sendo que cada vez mais se estreitam os respectivos *laços dos povos sul-americanos* por entre expressivas demonstrações de perfeita solidariedade.

Mas todas ellas têm *o indeclinável dever de cuidar de sua própria defesa*, sob pena de commeterem um grave erro.”

O editorial concluiu sobre a observância, pelo poder público, da importância do Serviço Militar Obrigatório para a defesa do vasto Brasil.

Como contribuição desse volume, destaca-se um artigo do médico Dos Santos sobre a frigorificação da carne como instrumento de defesa nacional. O médico introduz o texto ressaltando a iniciativa francesa de elaborar a tecnologia do frio industrial, todavia indica que quem melhor aproveitou esse feito foi a Alemanha. A publicação desse artigo demonstra o quanto estavam atentos os médicos sobre os ensinamentos do conflito, facto que pode ter colaborado para a decisão de enviar a missão médica em 1918.

Em fevereiro de 1916, o Boletim publicou a colaboração “A guerra mundial”, versão de texto alemão, divulgando lente germânica de como ver o conflito. Ao passo que o artigo “O Serviço Odontológico na guerra” tem base na doutrina francesa, que teve, como fonte, a permuta estadunidense. Verifica-se que as permutas com países que tendiam aos Aliados, como os Estados Unidos, estavam ganhando maior espaço na publicação.

Não obstante, o Boletim de junho de 1916 publicou o “O Novo Complemento do Regulamento de Tiro de Artilharia”, calcado no regulamento alemão de 1914 e indicando preferência pela doutrina alemã.

O volume 12 publicou o ensaio de Dutra (1916) sobre as “Duas táticas em confronto”, em que coloca em paralelo as doutrinas alemã e francesa. Abstém-se em dar preferência, contudo indica pontos de combate e de divergência, úteis para o debate aqui estudado. Destacam-se os seguintes *corpora*:

“Os últimos trabalhos desta natureza, elaborados no Estado-Maior, não são mais do que adaptações dos congêneres alemães. Igual conducta têm tido os nossos vizinhos, com especialidade os argentinos (...)

Nessas condições, o estudo das doutrinas dos regulamentos alemães e franceses, mormente na época presente, (...) são os nossos próprios regulamentos

e os dos nossos vizinhos que estão passando pela experiência da guerra” (Dutra, 1916: 4-5).

Assim, Dutra ressaltou o facto de a guerra experimentar as doutrinas também das nações sul-americanas, que já seguiam modelos europeus. No caso do Brasil, o modelo alemão. Dutra é mais contundente ao concluir o artigo:

“Muitas lições proveitosa surgirão logo após á cessação das hostilidades, e dellas devemos ir aproveitando, para a reconstrucção dos nossos methodos de guerra.

Convém, porém, irmos desde já nos colocando em guarda contra alguns excessos que, mais de uma vez, têm sido cometidos depois de uma guerra. É vezo antigo, após uma campanha, procurar imitar tudo quanto existia no exercito vencedor, antes que uma investigação completa das causas que contribuíram para a victoria pudesse ser feita.

As nossas condições especiaes, tão diferentes daquellas em que se acham os exércitos europeus, não nos permittirão, entretanto, que utilizemos de todos os ensinamentos dessa guerra; a maior parte deles, jamais poderão mesmo ter aplicação em nosso meio. Antes serão lições das guerras do passado, inclusive das registradas em nossa historia militar, que mais útil nos serão” (Dutra, 1916: 18-19).

O editorial do volume 13 de 1917 enfatizou que a conflagração europeia pôs em evidência que um Exército sem material e sem munições, dependente da indústria estrangeira, não está na altura de sua missão. O Noticiário abarcou os artigos “O exercito francez na atual conflagração” e “o Alto comando na Alemanha” abordando que, mais do que uma missão estrangeira, era necessário equipar urgentemente o Exército.

O editorial do mês seguinte intitulou-se o “Rompimento de relações entre a República dos Estados Unidos do Brazil e o Imperio da Allemanha”. Pela leitura desse texto, verifica-se que o respeito à norma internacional não foi suficiente para manter o Brasil em estado de neutralidade, nem para concretizar princípios de reciprocidade entre nações neutras e em conflito. O poder militar não pode ser deixado de lado em razão dessas normas e princípios.

Não obstante, o Boletim publicou o texto alemão “A patrulha de official como órgão da missão estratégica da cavalaria” (alemã). A seção Noticiário publicou matérias sobre técnicas operativas utilizadas pelas forças alemãs no Somme, sobre a doutrina de espionagem daquele Império, e acerca da atividade industrial germânica. Há um aumento significativo sobre notícias da França, porém se corrobora o facto de a publicação permanecer exaltando feitos alemães, mesmo com o rompimento das relações.

O volume 14 (julho 1917) abrangeu o artigo “As cinco armas em acção”, publicação francófila, sobre ensinamentos franceses da batalha de Somme. No Noticiário, há a divulgação de matérias sobre a seleção de aviadores franceses, assim como um estudo sobre a resistência do poder econômico da Alemanha, que concluiu que, se a guerra continuasse, a Alemanha se enfraqueceria economicamente, apesar de seu potencial industrial. Logo, verifica-se o Boletim modificando o escopo de suas matérias, influenciado, muito mais do que pelo rompimento, pelas permutas pró-francesas.

O editorial de setembro e outubro compilou os decretos e mensagens que resultaram o reconhecimento e proclamação do estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil. Ainda assim, publicou o esforço alemão na fabricação de meios de frigorificação, suas unidades de metralhadoras e navios mercantes.

Os meses de novembro e dezembro registram lei que decretou Estado de Sítio em razão da declaração de guerra imposta pela Alemanha. Ademais, o Noticiário elenca os seguintes textos: *Tannenberg* e *Augerburg*, a qual trata da evolução da doutrina prussiana: ainda que o foco brasileiro seja pró-Entente, a doutrina germânica ainda ocupava espaço no Boletim.

O noticiário do primeiro volume de 1918 (vol. 15) explorou avanços das Forças Armadas alemãs, como inovações de insumos químicos para explosivos, a dissimulação dos aviões alemães, a utilização de urânio em peças de Artilharia, o emprego de soldados com deficiência visual em trincheiras e cães de guerra. Tais notícias induzem a confirmar que, mesmo sob o título de inimigo, o poder militar alemão era tão avançado que servia de modelo e estudo para outras doutrinas.

Também destaca-se a contribuição “A França (Hontem e hoje)”. Em suas considerações finais, Oliveira (1918: 193) asseverou que: “a vida militar franceza, onde se confundem e se unem todas as classes e condições, é ao mesmo tempo nacional, democrática e humana”. Tal afirmação reforçava os argumentos francófilos para a adoção de uma missão francesa no País.

O facto de o ideal germanófilo estar perdendo o espaço que tinha antes na publicação oficial do Exército Brasileiro não impediu que matérias sobre a evolução de sua doutrina e material fossem disseminadas. Os artigos “A evolução da aviação alemã”, “O detonador automático alemão”, “A natalidade alemã” e “Tropheós de guerra aliados” da seção Noticiário desse volume ratificam tal aspecto.

O volume 16 (1918) destacou os seguintes artigos: “A camouflage”, exaltando técnicas francesas; “Termos da rendição alemã no Sudoeste Africano em 1915”; “O novo triplano” alemão Fokker; “Navios insubmersíveis franceses; “As redes aéreas para a defesa de Paris”; “As sereias de alarme de Paris”. Pelo exposto, as publicações do Boletim se alinharam com a postura política adotada pelo Brasil, francófila, sem desconsiderar os avanços alemães.

É importante ressaltar que, nessa edição, não houve qualquer citação ao fim da guerra, à participação de meios militares brasileiros na guerra, missão médica, tampouco missão militar francesa.

O volume 17 (1919) faz considerações sobre os efeitos e repercussões da guerra, exaltando, de forma idealista, o papel da Conferência de Versalhes para melhor organizar o Mundo.

A edição publicou o trabalho “Em torno da grande guerra”, do Tenente Scheleider, fazendo uma retrospectiva da conflagração. O artigo exaltou as proezas francesas, ao passo que criticou estratégias alemães. Não citou ensinamentos para a doutrina brasileira.

Esse boletim também publicou recorte de relatório do Adido brasileiro na França, Coronel Malan, que possuía ligações com a elite paulista (McCann, 2009). Em setembro

de 1918, Malan recebera o Ministro da Guerra para visitar os campos de batalha franceses acompanhado do Adido Naval e do subchefe do Estado-Maior francês. O relatório abordou, além de aspectos técnicos (extensão de frentes, meios empregados, tipo de fortificações, organização da campanha), subsídios para o debate aqui proposto.

Quando a comitiva brasileira chegou a Coevres, deteve-se “momentos para visitar um dos médicos brasileiros, destacado na ambulância dos gaseados” (Malan, 1919: 66). O Adido postulava que esses médicos⁴ trariam importantes ensinamentos do campo de batalha.

Ao refletir sobre o Exército nacional, Malan (1919: 70) ponderou:

“Estará acaso (...) (o Exército nacional) apparelhado com o indispensável material para preparar a acção da nossa infantaria? E esta acha-se, por ventura nas condições de efficiencia necessárias afim de utilizar o máximo de rendimento se aquelle existir?”

Presume-se que o esforço de Malan ao buscar articular a Missão Francesa para o Brasil tenha tido essa problematização como questão de fundo.

Acerca da missão francesa, na compilação do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, publicou-se, em quatro linhas, que os cursos de aperfeiçoamentos para oficiais teriam militares da missão estrangeira contratada como instrutores. Não se citou nem o país de origem. De facto, os francófilos lograram a missão estrangeira no aperfeiçoamento de oficiais e na assessoria do Estado-Maior, influenciando a construção da doutrina. Não obstante, os germanófilos⁵ estabeleceram a Missão Indígena na Escola Militar, o que influenciou inclusive no debate durante a Segunda Grande Guerra.

Em relação à Missão Aché, o Boletim publicou o Decreto nº 13479, de 19 de fevereiro de 1919, que, em parcas linhas, extinguiu a missão médica especial à França em caráter militar.

O editorial dos meses de maio de junho (n. 5-6, vol. 17) compilou justamente o Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, que autorizou o governo a contratar a Missão Francesa, cujo chefe serviria no Estado-Maior. Dessa forma, aquele ulterior Estado-Maior composto de jovens turcos, agora teria seu pensamento-chave modificado pelos entendimentos franceses.

No volume 18, correspondente aos meses de julho a dezembro de 1919, Malan divulgou dois artigos que evidenciam *um novo rumo de interesses para as publicações do Boletim*. No artigo “Escola de Aviação de Pau”, apresentou detalhes sobre a preparação de pilotos de caça na França. Na contribuição “Minas, Projectores e Tanks”, divulgou produtos militares vendidos pela França.

Outro artigo relevante desse volume é o “Ensinaimentos da Grande Guerra”, escrito pelo Coronel Castro (1919: 75), que descreveu,meticulosamente, aspectos técnicos e táticos da Artilharia francesa. Asseverou que “Não ha quem ignore o que foi Verdun (...)

4 Assume-se a premissa de que esse médico fazia parte da Missão Aché.

5 Ver McCann (2009: 260).

para dizer bem alto das grandes virtudes militares que os sagraram como os melhores e mais perfeitos homens de guerra da actualidade". A influência alemã, entretanto, não cessou naquela edição: Klinger publicou a tradução de "Exercícios Tácticos de Quadros no Terreno".

O volume 19, publicado em 1921, apresentou o relatório do Capitão Damazio, integrante da Missão Médica na França. Colheu, como ensinamentos, novos métodos de tratamento e estatísticas sobre feridos, consolidando, na ação do Serviço de Saúde em combate, a preferência pela logística de saúde da França.

Na seção noticiário, o boletim publicou "As transformações do Exército Alemão de 11 de novembro de 1918 a 11 de novembro de 1919", tratando da desmobilização do Exército imperial; bem como as condições para "Admissão à Escola Superior de Guerra de França em 1920", divulgando o fim de uma potência militar, ao passo que indicava os caminhos para aqueles que queriam fazer um curso no exterior. Se antes se estimulava o ingresso às escolas alemãs, agora o foco era outro, as escolas francesas.

Para finalizar, o número 3 do volume 20 abarcou o artigo que conclamava: "se tivermos oportunidade de pensar novamente em enviar os nossos instructores em comissão no estrangeiro, de preferência deverão ir para França" (Poudret, 1921: 335).

Estava sendo consolidada, portanto, a busca pela unidade de pensamento doutrinário a partir da metodologia francesa.

Conclusões

De acordo com as publicações estudadas, verificou-se que o debate oficial, anterior à declaração de guerra com a Alemanha, era mais direcionado para a contratação de uma missão alemã. Isso foi potencializado pelo facto de que militares que realizaram curso na Alemanha ocuparam funções-chave no Estado-Maior.

Fora os interesses econômicos e políticos, a participação brasileira na guerra foi um campo de ensaio para a contratação da Missão Francesa. A participação foi discreta, porém relevante, pois integrantes das armas-base, médicos e pilotos combateram as potências centrais junto do Exército francês, viabilizando a contratação da missão e a difusão da doutrina francesa.

Os ideais germanófilos não se perderam, pois a Missão Francesa não abarcou a formação dos oficiais brasileiros. Assim, a Missão Indígena na Escola Militar foi uma vitória para os jovens turcos que tanto defenderam o pensamento germânico tanto n' A Defesa Nacional, quanto no Boletim do Estado-Maior.

Por fim, deve-se destacar que a Primeira Guerra deixou clara que a dependência de material estrangeiro era um óbice para o desenvolvimento da defesa nacional, assim como a simples confiança nas normas internacionais, sem desenvolvimento do poder militar, não seria determinante para a segurança e paz nacional.

Referências Bibliográficas

- Abranches, D. (1917). *A Ilusão Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Albert, B. (1988). *South America and the First World War*. Cambridge: University of Cambridge.
- Alsina J. (2009). “O Poder Militar como Instrumento da Política Externa Brasileira Contemporânea”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 2, pp. 173-191.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército* (BMEME), n. 1, v. 1.
- Calógeras, J. (1936). *Problemas de Governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Carvalho, J. (1977). “As Forças Armadas na Primeira República” em Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL.
- Castro Ayres (1915). “O 7 de setembro de 1922”. *A Defesa Nacional*. Anno III, n. 27, pp. 83-84.
- Castro e Silva (1914). “O fusil Mauser modelo 1908”. *A Defesa Nacional*. Anno I, n. 9, p. 289.
- Castro e Silva (1914). “O Exército para a Guerra”. *A Defesa Nacional*. Anno 2, n. 13, pp. 9-12.
- Castro, J. (1919). “Ensinaimentos da Grande Guerra”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-6, v. 18, pp. 27-79.
- Cavalcanti, P. (1915). “A Inglaterra e o Serviço Militar Obrigatório”. *A Defesa Nacional*. Anno II, n. 21, pp. 273-277.
- Chéradame, A. (1917). *El Plan Pangermanista Desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos.
- Coutinho, O. (1912). “Ligeiras Considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 6, v. 3, pp. 599-605.
- Da Costa, M. et al. (1917). “Editorial”. *A Defesa Nacional*. Anno IV, n. 43, 45, pp. 223-224; 281-282.
- De Carvalho, E. (1913). “O Oficial na Infantaria Allemã”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 6, pp. 338-355.
- Domingos, M. (2001). “A Disputa pela Missão que Mudou o Exército”. *Revista Estudos de História*, v. 8, pp. 197-215.
- Dutra, E. G. (1916). “Duas Táticas em Confronto”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 5-6, v. 12, pp. 1-20.
- Duval, A. (1915). “Artilharia Pesada de Campanha e de Sítio”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 9, pp. 242-268.
- Fonseca, E. (1915). “Dois Planos de Operações”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3-4, v. 9, pp. 77-92.
- Garcia, E. (2005). *O Brasil e a Liga das Nações*. Porto Alegre: UFGRS.
- Kissinger, H. (2000). *La Diplomacia*. México: Fundo de Cultura Económica.
- Klinger, B. et al. (1914a). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno I, n. 1.
- Klinger, B. et al. (1914b). “Orçamento de Guerra”. *A Defesa Nacional*, Anno I, n. 5.
- Klinger, B. et al. (1915a). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno II, n. 23.
- Klinger, B. et al. (1915b). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno II, n. 24.

- Klinger, B. et al. (1919). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno VI, n. 71.
- Luna, C. (2007). “Pela Vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil”. *Anais das jornadas de 2007*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.
- Malan, A. (1918). “Excursão à Frente”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-4, v. 17, pp. 57-74.
- McCann, F. (2009). *Soldados da Pátria*. Rio de Janeiro: Bibliaex.
- Mendonça, V. (2008). *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores) (1917). *Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Padilha, B. (1912). “A Infantaria no Combate”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 3, pp. 321-325.
- Pires, L (2011). “A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.
- Poudret (1921). “A Cavalaria Alemã e a França no Ultimo Anno da Guerra”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 20, pp. 335-341.
- Oliveira, D. (1918). “A França (hontem e hoje)”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3-4, n. 5-6, v. 15, pp. 187-193; 349-355.
- Ricupero, R. (2006). “Joaquim Nabuco e a Nova Diplomacia”. *Política externa*, v. 14, n. 3, pp. 115-124.
- Rodrigues, P. (1916). “Para Quem apelar?” *A Defesa Nacional*, Anno III, n. 31, pp. 255-256.
- Santos, A. (1931). *Brasil – Alemanha*. São Paulo: n. d.
- Souza, D. V. e Zioni, F. (2003). “Novas Perspectivas de Análise em Investigações sobre Meio Ambiente: a Teoria das Representações Sociais e a Técnica Qualitativa da Triangulação de Dados”. *Saúde soc.*, v. 12, n. 2.
- Taborda, B. et al. (1916). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno III, n. 31.
- Vinhosa, F. (1990). *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB.